



COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

CNPJ nº 00.700.114/0001-44

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (EXPRESSOS EM REAIS)					DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EXPRESSA EM REAIS)					
ATIVO	31.12.2016	31.12.2015	PASSIVO	31.12.2016	31.12.2015	DISCRIMINAÇÃO				
CIRCULANTE	93.574.675,76	34.675.374,93	CIRCULANTE	19.762.633,04	7.009.976,76	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	142.098.431,22	79.207.120,12		
DISPONIBILIDADES (NOTA 5)	82.377.870,79	27.737.831,34	FORNECEDORES	4.712.651,84	1.391.733,96	RECEITAS LEI 10.264/2001	114.225.423,09	43.183.346,59		
CAIXA	8.000,00	5.000,00	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	891.043,81	686.303,36	RECEITA LEI 9615/98	470.135,13	440.145,28		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.721.297,14	572.479,14	CONTAS A PAGAR	3.332,35	3.008,21	RECEITA DE DOÇÕES	64.653,87	-		
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	79.648.573,65	27.160.352,20	PROVISÕES DIVERSAS	1.658.396,99	1.651.009,86	RECEITA TAXA DE INSCRIÇÃO APB	30.181,74	-		
OUTROS CRÉDITOS	11.196.804,97	6.937.543,59	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.892,74	5.763,52	RECEITA DE PATROCÍNIOS	159.163,20	167.378,25		
ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS	163.005,97	142.791,93	EMPRÉSTIMOS/ FINANC./ PROJETOS	-	-	RECEITA RIO 2016	603.649,19	-		
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	8.196,93	11.110,41	SICONV (NOTA 14)	12.470.315,31	3.272.157,85	RECEITA DE PATROCÍNIO LOTERIA CEF	26.320.000,00	31.000.000,00		
IMPOSTOS A RECUPERAR	76.495,94	74.889,49	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15)	75.672.957,04	29.735.806,33	RECEITA PATROCÍNIO EMBRATEL	-	144.000,00		
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	230.080,00	1.023.604,05	SUPERÁVITS ACUMULADOS	30.040.806,33	27.183.776,22	RECEITA PATROCÍNIO MACKENZIE	225.225,00	207.900,00		
CRÉDITOS DIVERSOS (NOTA 6)	10.719.026,13	5.685.147,71	SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.632.150,71	2.552.030,11	RECEITA NISSAN	-	64.350,00		
NÃO CIRCULANTE (NOTA 8)	1.860.914,32	2.070.408,16	TOTAL	95.435.590,08	36.745.783,09	RECEITA PATROCÍNIO BRASKEM S/A	-	4.000.000,00		
IMOBILIZADO LÍQUIDO	1.746.389,07	1.898.054,84				RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (NOTA 7)	142.098.431,22	79.207.120,12		
INTANGÍVEL LÍQUIDO	114.525,25	172.353,32				DESPESAS OPERACIONAIS	(96.466.280,51)	(76.655.090,01)		
TOTAL	95.435.590,08	36.745.783,09	TOTAL	95.435.590,08	36.745.783,09	DESPESAS COM PROJETOS - APLICAÇÃO DE RECURSOS	(63.763.275,04)	(54.065.890,03)		
AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015. (EXPRESSA EM REAIS)		
DISCRIMINAÇÃO	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.632.150,71	2.552.030,11
DEPRECIACÕES/AMORTIZAÇÕES	442.912,30	439.994,96
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	305.000,00	(371.439,92)
MUTAÇÕES DAS CONTAS PATRIMONIAIS		
AUMENTO DE ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS	(20.214,04)	(86.400,73)
REDUÇÃO/AUMENTO DE ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	2.913,48	(11.110,41)
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(1.606,45)	(1.606,45)
REDUÇÃO/AUMENTO DE ADIANTAMENTOS DIVERSOS	793.524,05	(283.001,05)
AUMENTO/ REDUÇÃO DE CRÉDITOS DIVERSOS	(5.033.878,42)	2.637.027,53
AUMENTO/REDUÇÃO DE FORNECEDORES	3.320.917,88	(676.449,57)
AUMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	204.740,45	52.115,72
AUMENTO/ REDUÇÃO DE CONTAS A PAGAR	324,14	(237.161,90)
AUMENTO DAS PROVISÕES DIVERSAS	7.387,13	563.509,35
AUMENTO/ REDUÇÃO DE OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.129,22	(346.931,11)
DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	45.675.300,45	4.210.428,76
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AQUISIÇÕES DO IMOBILIZADO	(233.418,46)	(244.931,42)
AQUISIÇÕES DO INTANGÍVEL	-	(9.999,92)
DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (2)	(233.418,46)	(254.931,34)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
AUMENTO/REDUÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.198.157,46	(414.841,96)
DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (3)	9.198.157,46	(414.841,96)
FLUXO DE CAIXA TOTAL (1+2+3) =	54.640.039,45	3.540.655,46
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
NO FINAL DO EXERCÍCIO	82.377.870,79	27.737.831,34
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	27.737.831,34	24.197.175,88
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	54.640.039,45	3.540.655,46
AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (EXPRESSA EM REAIS)		
DISCRIMINAÇÃO	SUPERÁVITS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	27.555.216,14	27.555.216,14
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(371.439,92)	(371.439,92)
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.552.030,11	2.552.030,11
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	29.735.806,33	29.735.806,33
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NOTA 9)	305.000,00	305.000,00
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.632.150,71	45.632.150,71
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	75.672.957,04	75.672.957,04
AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EXPRESSAS EM REAIS)

1 - APRESENTAÇÃO

O COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO foi constituído sob a forma de Entidade Civil sem Fins Lucrativos, com Personalidade Jurídica de Direito Privado e Patrimônio Próprio. Fica situada no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco "F" - Edifício Via Capital 14º andar - CEP: 70.712-000, inscrito regularmente no CNPJ-MF sob o nº 00.700.114/0001-44.

2 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Entidade possui como objetivo preponderante, representar, dirigir e coordenar na área de sua atuação, definidas por Estatuto, por seus Regulamentos Específicos, pelo Estatuto do IPC e pelas normas, regulamentos e regras internacionais e pela legislação brasileira aplicável, o segmento esportivo paraolímpico brasileiro, tanto em nível nacional, quanto internacional, zelando pelo fomento do paraolimpismo no Brasil, pelo respeito ao lema, hino e símbolos paraolímpicos.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A elaboração, forma de apresentação e conteúdo das Demonstrações Contábeis foram procedidas em conformidade com as disposições da Legislação em vigor e Normas Complementares, aplicáveis a Entidades sem fins lucrativos, regendo-se pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 877/2000, a qual aprovou a NBC T 10.19, atualizada pela ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, também através da NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias Entidades e supletivamente pela Lei 6404/76 das Sociedades por Ações.

Utilizou-se o custo histórico como base de valor, exceto pelos Instrumentos Financeiros não derivativos designado a valor justo através de resultados. Estas alterações tiveram como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira e possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo CFC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Dentro deste contexto, a Administração tem

envidado esforços para o devido enquadramento e sua adequação diante das Normas Estabelecidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Algumas das alterações que foram introduzidas dependem de normatização por parte dos Órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas Empresas, notadamente em relação à Redução ao Valor Recuperável, Divulgação de Partes Relacionadas, Ajustes a Valor Presente, Passivos e Ativos Contingentes e Instrumentos Financeiros, embora entenda a Administração que a aplicabilidade que for cabível ao Comitê não sejam relevantes. Considerando-se a extensão e a complexidade das alterações promovidas, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles constantes das estimativas e premissas que eventualmente venham ser estabelecidas, inclusive que resultem em consequências de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Há entendimento e opinião da Administração que inexistem outras normas e interpretações editadas e ainda não adotadas que eventualmente pudessem ter influência ou impacto significativo no Resultado ou no Patrimônio Líquido divulgado pelo Comitê.

4 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) - Os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas da Administração, com relação às expectativas futuras da arrecadação e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente exercício. Os pressupostos e estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil relacionados com as atividades operacionais desempenhadas pela Entidade. b) - É adotado o regime de competência para a contabilização das operações praticadas. c) - Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis, com prazos inferiores a 365 dias são apresentados como Circulantes. d) - As Aplicações Financeiras e os demais ativos são computados pelos valores de realização, conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes rendimentos e as variações monetárias auferidas. e) - As Obrigações são registradas segundo à ordem das exigibilidades dos valores históricos contratados, acrescidos dos encargos monetários quando julgados suas aplicabilidades. f) - O Imobilizado estava registrado ao custo histórico de aquisição. g) - As depreciações são computadas pelo método linear em função da vida útil econômica dos bens e de acordo com as taxas usualmente admitidas, debitadas às despesas do exercício. h) - A Entidade devido sua característica sem fins lucrativos, goza de isenção tributária conforme previsto na Legislação do Imposto de Renda em vigor.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Registram recursos financeiros disponíveis em moeda corrente e mantidos em instituições nacionais de primeira linha notadamente governamentais. As Aplicações Financeiras são mantidas em depósitos em Fundo de Investimentos e poupança e está em linha com os rendimentos do mercado.

Discriminação	VALOR (R\$)	
	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	8.000,00	5.000,00
Bancos Conta Movimento	2.721.297,14	572.479,14
Aplicações Financeiras	79.648.573,65	27.160.352,20
TOTAL	82.377.870,79	27.737.831,34

6 - CRÉDITOS DIVERSOS

Correspondem basicamente a valores repassados as Confederações.

7 - OBTENÇÃO DE RECURSOS DA ENTIDADE

Os recursos do CPB são provenientes de arrecadação dos concursos de prognósticos das loterias federais e similares, cuja realização estiver sujeita a autorização federal. A partir de agosto de 2001, com a Lei 10.264/2001, de 16 de julho de 2001, que alterou o artigo 56 da Lei 9.615/98, o Comitê passou a receber recursos provenientes das loterias. A Caixa Econômica Federal é a Instituição responsável pelos repasses desses recursos. O Tribunal de Contas da União, por meio das Instruções Normativas de nº 39 e 48, respectivamente de 11 de dezembro de 2001 e 15 de dezembro de 2004, do Decreto 5139/04, de 12 de julho de 2004, e da Lei 10.264/2001, passou a ser órgão fiscalizador da aplicação dos recursos repassados ao CPB. Também integram as receitas operacionais, os ingressos de recursos decorrentes das receitas de doações, patrocínios diversos e parcerias.

continua

Continuação

8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Registra as operações do Imobilizado e do Intangível o qual tinha a seguinte composição:

IMOBILIZADO	TAXA %	CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	
				31.12.2016	31.12.2015
Sede do Comitê	4	1.172.174,00	(718.928,51)	453.245,49	500.132,45
Móveis e Utensílios	10	495.099,96	(249.395,11)	245.704,85	251.059,26
Computadores e Periféricos	20	620.462,10	(394.832,36)	225.629,74	201.969,64
Equipamentos	10	547.959,66	(156.054,55)	391.905,11	350.072,03
Benefitorias	4	110.500,42	(63.462,35)	47.038,07	48.448,05
Embarcações	20	817.538,02	(434.672,21)	382.865,81	546.373,41
SUBTOTAL		3.763.734,16	(2.017.345,09)	1.746.389,07	1.898.054,84

INTANGÍVEL	TAXA %	CUSTO HISTÓRICO	MORTIZAÇÃO ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	
				31.12.2016	31.12.2015
Software	20	601.237,41	(486.712,16)	114.525,25	114.525,25
SUBTOTAL		601.237,41	(486.712,16)	114.525,25	114.525,25
TOTAL		4.364.971,57	(2.504.057,25)	1.860.914,32	2.012.580,09

9 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de Exercícios Anteriores no exercício de 2016 no montante credor líquido de R\$ 305.000,00 é referente a redução da Provisão de Contingência Trabalhista do Prov. Proc. Trab. 801-91.2014-1. Enquanto no exercício de 2015 no montante líquido devedor de R\$ 371.439,92 foram decorrentes de devolução de recursos de despesas pagas em 2014 pertinentes ao Projeto Basquete Siconv 795228/2013.

10 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as coberturas de seguros contra incêndio, raio e explosão; impactos de veículos, danos elétricos e perda/ pagamento de aluguel, são consideradas suficientes pela administração do Comitê para cobrir eventuais ocorrências de sinistros.

11 – CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no Pronunciamento NPC 22 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

12 – RESULTADOS ABRANGENTES

Entende a Administração da Entidade que é desobrigada de apresentação da Demonstração de Resultado Abrangente nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Entidade estão limitados aos investimentos financeiros de curto prazo e tem o seu valor contábil igual ao valor de mercado. O Comitê não fez nenhum investimento de natureza especulativa em derivativos ou em qualquer outro ativo de risco.

14 – EMPRÉSTIMOS/ FINANCIAMENTOS/ PROJETOS SINCOV

Os valores são decorrentes de transferências da União para o Comitê por meio de Convênios firmados através do SICONV, o qual tinha a seguinte composição para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Discriminação	VALOR (R\$)	
	31.12.2016	31.12.2015
PROJETO SICONV	5.611.944,94	2.805.232,79
PROJ. SICONV TORONTO/15	160.053,58	127.627,96
PROJ. BRASIL MEDALHA	4.671.140,82	-
PROJ MODALIDADE TIME SP	1.417.552,91	228.417,35
PROJETO TIME RIO	609.623,06	110.879,75
TOTAL	12.470.315,31	3.272.157,85

15- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é representativo de Superávits Acumulados no montante R\$ 75.672.957,04 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 29.735.806,33 em 31 de dezembro de 2015.

16- EVENTOS SUBSEQUENTES

Não tivemos conhecimento de nenhum evento subsequente com repercussão futura que influenciasse as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

PAULO ATAÍDES DE OLIVEIRA
CONTADOR
CPF: 686.668.536-20
CRC: DF 009152/02

ANDREW GEORGE WILLIAM PARSONS
PRESIDENTE
CPF: 052.420.207-92
RG: 11746935-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos' Srs.

Diretores e Conselheiros,

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CPB

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do **COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CPB**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício encerrado nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CPB** em 31 de dezembro de 2016 o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base Para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação ao **Comitê Paraolímpico Brasileiro**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o relatório do Auditor

A Administração do **Comitê Paraolímpico Brasileiro** é responsável por quaisquer outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de Auditoria sobre esse Relatório. Em conexão com a Auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na Auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração quando aplicável, somos requeridos a comunicar esse fato. Reportamos que o referido Relatório ainda não foi disponibilizado à Auditoria. Portanto, nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **Comitê Paraolímpico Brasileiro** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **Comitê Paraolímpico Brasileiro** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração do **Comitê Paraolímpico Brasileiro** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a Auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da Auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da Auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de Auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos procedimentos de Auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Comitê Paraolímpico Brasileiro**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Comitê Paraolímpico Brasileiro**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de Auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Comitê Paraolímpico Brasileiro** a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da Auditoria e das constatações significativas de Auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília – DF, 13 de março de 2017

**LS AUDITORES INDEPENDENTES S/S EPP CRC/DF 647
REGISTRO CVM 7030**

Sérgio Araújo de Amorim

Ysmael Jonnathas Celestino da Silva

Contador CRC DF 7426/O-0

Contador CRC DF 026672/O-6

Registro CNAI Nº 545

Registro CNAI Nº 4793